

O combate à pobreza e suas vítimas¹

Paul Singer*

Resumo

Neste artigo, aborda-se a responsabilidade pela pobreza, aqui atribuída não às suas vítimas, mas à estrutura das sociedades capitalistas, cujo sistema de incentivos torna cumulativos os efeitos tanto dos êxitos como dos fracassos individuais, e destaca-se o consenso que tal idéia vem alcançando. Menciona a ajuda mútua como uma arma poderosa que irá possibilitar às vítimas da pobreza a conquista da autoconfiança e a consciência de seu próprio valor, e ressalta e que a reinserção social sob diversas formas de produção associadas, exige um sistema de incentivos diferente do que prevalece no capitalismo e produz a exclusão. Considera também a necessidade de proporcionar à economia solidária ora em construção, condições objetivas para o seu financiamento e a criação de mercados para sua produção.

Palavras-chave: pobreza, produção associada, cooperação, ajuda mútua, economia solidária.

Abstract

This article covers the fact that the responsibility for poverty is not of its victims, but of the social structure of capitalist societies, whose system of incentive turns cumulative the effects both of individual successes and failures, and stresses the consensus that such idea has reached. It mentions mutual help as a powerful weapon which will allow poverty victims self-confidence and the awareness of their own value, as well as the fact that social insertion under several forms of associated production requires a system of incentives which is different from the one which prevails in the capitalist system and generates exclusion. It also considers the need to give solidarity economy, now under construction, objective conditions for its financing and development of markets for its production.

Key-words: poverty, associated production, cooperation, mutual help, solidarity economy.

Está se tornando consensual que a responsabilidade pela pobreza não é de suas vítimas (a não ser em grau muito secundário), mas da estrutura das sociedades capitalistas, cujo peculiar sistema de incentivos torna cumulativos os efeitos tanto dos êxitos como dos fracassos individuais. Os perdedores, pelo desemprego, pelo avanço técnico, por infortúnio pessoal ou familiar e inúmeras outras causas têm chances cada vez maiores de se tornarem perdedores de novo, porque contam com menos recursos materiais e psicológicos, porque seus fracassos fazem com que percam a confiança dos outros e principalmente a própria. E os ganhadores têm chances crescentes de voltar a vencer nos mercados porque acumularam recursos, têm a confiança dos outros, etc. etc.

Se o Estado nada fizesse, a sociedade em pouco tempo estaria dividida em ganhadores perpétuos e perdedores perpétuos, o que seria intolerável do ponto de vista político tanto quanto do ético. O combate à pobreza, portanto, está na ordem do dia pública. Ele pode ser travado de duas formas: macroeconômica e microeconômica. A primeira consiste em acelerar o crescimento da economia, o que reduz o desemprego e aumenta o poder de barganha dos sindicatos, que tendem a usá-lo para conquistar a elevação dos salários mais baixos. O combate macroeconômico à pobreza melhora a renda de todo mundo e, na ausência de políticas redistributivas fortes, beneficia mais os que já ganhavam mais, por causa do sistema peculiar de incentivos descrito acima.

* Paul Singer é economista, ex-secretário municipal do Planejamento de São Paulo, professor titular na Universidade de São Paulo (USP), Coordenador acadêmico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP.

¹ Este artigo apareceu originalmente em *Valor Econômico* de 19/03/01 e 02/04/01, que gentilmente o cedeu à *Análise e Dados* para republicação.

O crescimento econômico em geral reduz a pobreza, mas não chega a beneficiar os muito pobres, as vítimas da pobreza crônica, que se transmite de pais a filhos e resulta em exclusão social. Por isso, o combate microeconômico à pobreza é imprescindível. Os que têm escolaridade nenhuma ou baixa, moram em bolsões de pobreza e sequer têm roupa 'apresentável' e dinheiro para condução, não têm como procurar emprego e são registrados nas estatísticas como 'ocupados' (quando fazem biscates) ou, mais frequentemente, como 'fora da força de trabalho'. Quando a economia cresce, o desemprego cai mas eles continuam tão pobres quanto antes.

O combate microeconômico consiste na ajuda direta às vítimas da pobreza. Mas uma parte desse combate é inócua, não elimina a pobreza, na melhor das hipóteses atenua seus efeitos. Distribuir pequenas quantias de dinheiro, alimentos, agasalhos, brinquedos, remédios etc. ajuda os pobres, mas não muda sua condição. Quando a distribuição cessa (e quase sempre cessa) a sua pobreza é ainda mais cruel. Também promover cursos profissionalizantes em massa, de curta duração, não resolve porque não aumenta a demanda por trabalho. Se alguns dos que passam por tais cursos por acaso conseguem emprego, em geral é porque tomam o lugar de outros, que ganhavam mais. Treinamento em massa aumenta a oferta de trabalho mais qualificado, o que favorece basicamente os empregadores.

A qualificação profissional só é efetiva no combate à pobreza se ela habilitar os alunos a gerar seu próprio trabalho e renda. O que exige muito mais do que ensinar algumas técnicas rudimentares, que serão esquecidas se não houver prática contínua em trabalho regular. É necessário ressocializar as vítimas crônicas da pobreza, o que implica, em primeiro lugar, lhes dar atenção *individual*, porque cada pessoa é única em suas circunstâncias. Alguns dos que são pobres por gerações são desnutridos, outros são analfabetos funcionais, outros sofrem de dependência de intoxicantes, outros têm problemas de saúde física, outros de saúde mental, etc.

Mas seus potenciais também são variados: alguns são inteligentes e vivos, outros têm talento para com-

putação ou música, outros têm o dom da expressão, etc.. Combater a pobreza é habilitar cada uma de suas vítimas a entrar em algum mercado por conta própria, produzindo e vendendo e, com o ganho, acumulando recursos materiais e psicológicos para se tornar ganhador. O que não é fácil de lograr isoladamente. Inúmeras experiências mostram que vítimas crônicas da pobreza conseguem se capacitar ao se unir a outros, num esforço coletivo de criar novas empresas. A ajuda mútua é uma arma poderosa que lhes permite conquistar autoconfiança, consciência do seu próprio valor, além de ser muito funcional para dividir o trabalho e promover o aumento da produtividade.

É necessário ressocializar as vítimas crônicas da pobreza, o que implica, em primeiro lugar, lhes dar atenção individual, porque cada pessoa é única em suas circunstâncias.

A reinserção social das vítimas da pobreza sob diversas formas de produção associada exige um sistema de incentivos diferente do que prevalece no capitalismo e que produz a exclusão.

O COMBATE À POBREZA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Do ponto de vista do combate à pobreza é preciso distinguir dois tipos de pobres: os integrados à economia de mercado, ainda que de forma precária (trabalhadores subcontratados, empregados de prédios, taxistas de frota, vendedores de porta a porta) e os que se encontram à margem dela. Entre os primeiros é preciso incluir os desempregados, pois quem se pode dedicar à procura de trabalho tem seu sustento garantido por algum familiar integrado à economia de mercado.

Para retirar da pobreza os que estão integrados é preciso elevar o nível de ocupação na economia, tornar mais efetivo o cumprimento da legislação do trabalho e aumentar o salário mínimo. O que implica acelerar o crescimento da economia brasileira mediante a redistribuição da renda, a baixa dos juros e ampliação da disponibilidade de crédito e a expansão do gasto social pela União, estados e municípios.

Mas a aceleração do crescimento da economia não atingirá os pobres marginalizados a não ser em décadas, o que é eticamente intolerável. A for-

ma clássica de marginalização é a agricultura de subsistência nas regiões mais atrasadas, o que leva a crer que o grosso de suas vítimas viva nos bolsões rurais de pobreza. Mas isso não é verdade. Parte substancial dos pobres mora nas cidades (76%), inclusive nas metrópoles (46%).² São pessoas que ganham a vida vendendo bens ou serviços com ganhos insuficientes para que possam satisfazer suas necessidades básicas. Sua sobrevivência depende de encontrar quem lhes compre seu trabalho ou algo que produziram, dia a dia, quando não várias vezes ao dia. Nessas condições, pensar o futuro é impossível, o que torna a pobreza estrutural.

Para arrancar os marginalizados dessa situação não basta lhes transferir renda, embora programas de renda mínima e bolsa-escola dêem – pelo menos aos mais jovens – chance de quebrar esse círculo vicioso. É preciso lhes proporcionar meios de produção e os recursos culturais para poder empregá-los bem. No campo isso significa distribuir terra, capital em dinheiro para adquirir ferramentas, sementes etc., crédito e extensão agrícola. E a consciência de que a cooperação e ajuda mútua são imprescindíveis para o êxito econômico. Nas cidades não é diferente. É preciso mobilizar as comunidades marginalizadas, capacitá-las a se organizar, cooperar e interagir solidariamente. E lhes dar recursos materiais e intelectuais (tecnologia de produção, marketing, financeira, etc.) para poder competir nos mercados.

O combate à marginalização já está sendo feito por uma grande variedade de Organizações Não-

Governamentais, entre as quais se destacam a Cáritas, o Movimento da Cidadania Contra a Miséria pela Vida, MST, Anteg, Agência de Desenvolvimento Solidário (CUT), Incubadoras Universitárias de Cooperativas, Fase, Napes, etc. Elas já ajudaram a criar centenas de empreendimentos solidários em poucos anos e algumas estão começando a receber ajuda mediante convênios com governos estaduais e municipais. Como se trata dum processo de mudança de mentalidades e relacionamentos sociais, ele não pode ser acelerado de fora para dentro. Mas a carência de recursos impede que ele possa crescer aproveitando plenamente sua potencialidade. Nessa medida, um apoio da União, sobretudo a ações de resgate das populações em bolsões de pobreza nas regiões atrasadas, é oportuno e necessário.

O Banco Central, em colaboração com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, deve ajudar ativamente a construção duma rede de crédito solidário, que empreste aos pobres tanto para ajudá-los em seus apertos como para lhes permitir trabalhar e ganhar a vida decentemente.

É preciso proporcionar à economia solidária em construção condições objetivas de se financiar e criar mercados para sua produção. Para tanto, o Banco Central tem de retirar as proibições e restrições à criação e desenvolvimento de cooperativas de crédito e bancos do povo, que no mundo inteiro se tornaram reconhecidamente as bases de reprodução da pequena produção de mercadorias e da economia solidária. O Banco Central, em colaboração com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, deve ajudar ativamente a construção duma rede de crédito solidário, que empreste aos pobres tanto para ajudá-los em seus apertos como para lhes permitir trabalhar e ganhar a vida decentemente.

² Dados da PNAD de 1995, trabalhados por ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: principais tendências da espacialização*. Rio de Janeiro: IPEA/Dipes, 1997.